

BOLETIM REBRIP

Rede Brasileira Pela Integração dos Povos



Nº2 - Junho/2005

Momentos Importantes da Negociação na OMC

As negociações da OMC entram em um momento decisivo, o que sinaliza a necessidade de reforçar a atenção e a pressão sobre elas.

A barganha fundamental proposta na negociação segue a mesma: os países representando os principais mercados ofereceriam (potencialmente) concessões em produtos agrícolas, e sinalizam que para isso seriam necessárias concessões dos demais temas da discussão (serviços, bens industriais e propriedade intelectual). Entretanto, isso aparece só como um desenho geral, pois na prática a coisa está ficando muito mais complicada e as perdas potenciais no processo de negociação para países como o Brasil sinalizam a necessidade de acompanhar muito de perto as concessões que podem ser feitas pelos negociadores brasileiros.

Em primeiro lugar, porque cada vez mais se evidencia que, com a garantia do tratamento especial e diferenciado aos países menos desenvolvidos, as concessões para o acordo que poderão ser feitas, o seriam por um grupo de países médios, entre os quais o Brasil.

Além disso, as complicações recentes na União Européia, que envolvem elementos da própria política agrícola comum, e até nos EUA (dificuldade de aprovação do CAFTA, o acordo com os países da América Central), mostram que a capacidade de fazer concessões por parte destes atores da negociação será de fato muito pequena ou nula.

Assim, eles estarão permanentemente reforçando suas demandas por concessões de países como o Brasil, a Argentina, a Índia, e outros, em temas como serviços, propriedade intelectual e bens industriais, temas estratégicos para o futuro dos países, mas a troca de nada ou quase nada.

Se no cenário anterior a barganha, apesar de perversa, poderia representar concessões a alguns setores no Brasil, como a grande agricultura exportadora (com todas as inevitáveis conseqüências negativas do ponto de vista da situação fundiária e ambiental no país), nesse novo cenário talvez as concessões que possam ser feitas o sejam a troca de nada.

Por esta razão, é fundamental acompanhar os principais momentos previstos agora (mini-ministerial na China em julho, onde o Brasil será um dos participantes e a reunião do Conselho Geral da OMC de 27 a 29 de julho) e fiscalizar quais serão de fato as concessões feitas pelos negociadores brasileiros, e o que elas poderão implicar de restrições ao desenvolvimento futuro do país.

Agenda Rebrip e Parceiros

Julho

30/06 e 01/07 [Seminário sobre OMC](#) – parceria entre Via Campesina e Campanha Brasileira contra a ALCA - Brasília.

02 Reunião Campanha contra ALCA – Brasília

13 e 14 Seminário de GT Agricultura – Brasília

15 Reunião GT Agricultura – Brasília

18 Reunião Estratégica da Rebrip para o Conselho Geral da OMC – Rio de Janeiro

Agenda Genebra

Julho

20/6 a 1/7 Serviços

4 a 8 Agricultura

7 e 8 Comércio e Meio Ambiente

11 a 15 Regras Anti-Dumping e Subsídios

12 e 13 Mini-ministerial

18 a 22 Bens Industriais (NAMA)

21 e 22 Comitê de Negociações Comerciais

25 e 26 Regras Acordos Regionais de Comércio

25 e 26 Facilitação do Comércio

27 a 29 Conselho Geral

28 e 29 Órgão de Solução de Controvérsias

OMC – Organização Mundial do Comércio

A Eleição de Pascal Lamy

A escolha do francês Pascal Lamy, ex-comissário de comércio da União Européia, para o cargo de diretor-geral da OMC, além de ter sido problemática, já que países como o Brasil criticaram a pouca transparência e as enormes pressões do processo, aponta para um movimento bastante complicado nesta etapa do ponto de vista das negociações.

Antes de tudo, inclusive da sua posse como diretor-geral, há que se lembrar que Lamy foi um dos grandes derrotados no plebiscito francês que rejeitou a proposta de Constituição européia. Lamy tentou jogar o seu peso político como negociador e ex-comissário europeu para angariar votos a favor do "sim", junto à maioria de seu partido (o Socialista) e também junto com o governo do presidente Chirac (conservador) e seus principais apoiadores. Foram todos derrotados por uma eclética frente, principalmente, pela maioria clara do eleitorado francês preocupada com a manutenção dos serviços públicos e do bem-estar social; com o potencial de perda de soberania que identificou na proposta; e com uma integração centrada no comércio e na liberalização. Ou seja, tudo que Lamy pode representar à frente da OMC foi rejeitado pela população em seu próprio país.

Um outro ponto importante, e que conta a favor de Lamy, é o fato de ser um negociador experiente e um conhecedor profundo da máquina e dos temas em negociação da OMC. Tem a seu favor ainda o sólido apoio dos países mais ricos e certa neutralidade complacente dos pequenos, aos quais é permanentemente acenada a excepcionalidade do tratamento especial e diferenciado. Entretanto, por suas posições duras (basta lembrar Cancún, no ano de 2003), Lamy tem a capacidade de rapidamente fazer crescer resistências, o que pode tumultuar ainda mais uma negociação por si só difícil.

Grupos preparam manifestação contra a OMC em Genebra

Por Mário Barbosa*

O barco da OMC segue em marcha lenta o seu curso em direção a Hong Kong onde está prevista a sua chegada, em dezembro de 2005. A próxima parada é Genebra, no final de Julho próximo. Nesta ocasião, grupos de ONGs e sindicatos prometem agitar o tempo na cidade.

No último mês de abril, aproveitando a oportunidade da presença de dezenas de representantes de ONGs que foram a Genebra participar do *Symposium*, realizou-se ali, uma reunião ampla das organizações que monitoram as negociações na OMC.

Nesta reunião foi aprovada a realização de uma manifestação contra a OMC durante a reunião do Conselho Geral da instituição, em julho próximo. A manifestação deverá combinar debates em diferentes grupos temáticos, contatos com a imprensa, um festival de música e diversas outras atrações.

Foi criada uma articulação denominada *Geneve People's Alliance*, formada por diferentes grupos que atuam sobre o tema OMC em Genebra. A Rebrip tem acompanhado todas as reuniões do grupo de coordenação por meio dos seus representantes que se encontram em Genebra neste período.

Neste momento, a coordenação intensifica o trabalho de divulgação de uma declaração e discute os aspectos práticos em relação à mobilização de julho. A declaração do grupo já se encontra disponível, em diferentes idiomas, na página: www.omc-wto.org.

* Mário Barbosa, representante da REBRIP/CUT em Genebra nos meses de maio e junho de 2005.

Disputas no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (Painéis)

Nesta sessão, destacamos alguns painéis em que o Brasil está envolvido ou que ainda estuda a possibilidade de abertura. Na edição de maio deste boletim tratamos do estado anterior de alguns desses painéis e fizemos uma pequena explicação sobre o Órgão de Solução de Controvérsias (ver edição anterior do boletim da REBRIP no sítio: www.rebrip.org.br ou explicação no glossário).

Frango Salgado – O contencioso sobre o frango salgado teve início em 2002 quando Brasil e Tailândia questionaram a mudança das regras de classificação do produto pela União Européia, que elevou a tarifa de importação de 15,4% para 70%. Em 29 de maio foi divulgada oficialmente a vitória dos dois países em desenvolvimento. Na ocasião, a União Européia alegou que os juízes deixaram uma brecha na decisão, pela qual poderiam manter a tarifa mais alta. Com isso, no início de junho o bloco europeu recorreu no órgão de apelação, quando então Brasil e Tailândia decidiram contrapapelar, no dia 27 do mesmo mês, almejando proteger a vitória já obtida no painel. O resultado da apelação deverá ser conhecido em três meses

Soja – Em abril, começaram a ser avaliadas as reais possibilidades de abertura de um processo contra os Estados Unidos no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC. Ainda com o intuito de evitar maiores conflitos entre as partes, nos dias 16 e 17 de junho aconteceu um encontro em Washington para que agricultores e governos brasileiro e estadunidense trocassem informações sobre detalhes técnicos e programas de subsídios à produção agrícola, sobretudo sobre a produção da soja. Os EUA chegaram a acusar o Brasil de elevar sua produção por meio de subsídios, mas essa acusação foi derrubada após estudo publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Pneus - A União Européia está disposta a levar para a OMC a denúncia de que o Brasil está colocando barreiras à entrada de pneus reformados. Em 2000 o governo brasileiro estabeleceu multas para quem fizesse a importação deste produto, porém autoriza a entrada do produto proveniente do Uruguai. A União Européia também alega que há uma definição na OMC de que pneu reciclado deve receber o mesmo tratamento do produto novo no comércio internacional. O caso, no momento, está na fase de consultas pelo período de 60 dias, com intuito de se chegar formalmente a uma decisão satisfatória para ambos. Se não houver acordo dentro deste prazo, o bloco europeu pedirá a abertura do painel no comitê de arbitragem.

Algodão – Apesar da Organização Mundial do Comércio ter divulgado o resultado final (WT/DS267/AB/R, em www.wto.org) favorável ao Brasil na disputa contra os Estados Unidos a respeito dos subsídios à produção e exportação de algodão, acredita-se que Washington não terá condições de retirar os subsídios às exportações até 1º de julho, e revisar os subsídios domésticos até 21 de setembro - datas estipuladas pela organização. Se os EUA realmente não conseguirem cumprir os prazos estabelecidos, o governo brasileiro terá a possibilidade de aplicar retaliações.

Aeronaves - O Brasil, além de estar negociando com o Canadá sobre a nova disputa por causa de subsídios à empresa *Bombardier* (ver edição anterior), participará como terceira parte na disputa entre EUA e União Européia sobre os subsídios aos fabricantes de aviões *Boeing* e *Airbus*. A decisão brasileira de acompanhar o painel tem o intuito de entender como funciona o sistema de apoio estatal dessas empresas e se preparar para as repercussões deste para a Embraer. De acordo com as normas internacionais, o país pode recusar o processo na OMC, porém esse recurso pode ser usado apenas em uma ocasião. Em 13 de junho as partes impediram a abertura do processo, porém, se as queixas forem recolocadas a abertura é automaticamente aceita. É o que se espera acontecer por volta do dia 25 de junho.

Acesso a Mercados de Produtos Não-Agrícolas (NAMA ou Bens Industriais)

No momento, as negociações sobre acesso a mercados de bens industriais se concentram em discussões de natureza técnica em torno das fórmulas para reduções tarifárias e de seus impactos nos diferentes países. Uma vez definida a fórmula a ser aplicada, todos os países terão de utilizá-la em seus cálculos de redução tarifária, por isso a discussão sobre qual das diversas fórmulas deve ser aplicada.

Dependendo de como for equacionada a questão da utilização de tarifas como defesa em relação a estruturas industriais mais consolidadas, como a dos países desenvolvidos, os países com menor nível de desenvolvimento podem abrir mão totalmente ou em parte, de qualquer pretensão a diversificar suas indústrias, quando não a se industrializar.

Desde março deste ano, diversas propostas apresentadas tinham a pretensão de atender os interesses dos países em desenvolvimento. No entanto, países como Brasil, Índia e Argentina, não conseguiram chegar a um acordo com os desenvolvidos e apresentaram uma proposta em conjunto que não teve boa aceitação por estes e por outros países emergentes. Eles defendem que países com tarifas mais altas cortem menos e os desenvolvidos, representados principalmente por Estados Unidos, União Européia e Japão defendem cortes expressivos nas tarifas de importação, chegando até a propor, no caso da proposta estadunidense, tarifa zero para alguns setores como o automotivo, químico e eletroeletrônico.

A última semana de negociações técnicas informais em Genebra, entre os dias 06 a 11 de junho foi marcada pelo recente apoio da APEC* (Fórum de Cooperação Econômica Ásia – Pacífico) a formula Suíça* (ver glossário). Pode-se dizer que, atualmente, cerca de 60 nações estão apoiando a proposta defendida por EUA e União Européia, deixando Brasil, Argentina e Índia apenas com o apoio dos países do Caribe. Vale lembrar que essa pressão é política, pois o critério de decisão na OMC é o do consenso.

As discussões neste tema, assim como em serviços, estão dependendo do andamento das negociações em agricultura. No caso brasileiro, por exemplo, o governo deixa claro que somente concordará com algum tipo de redução tarifária para produtos manufaturados quando perceber ganhos reais para as exportações brasileiras no setor agrícola.

Negociações em Serviços

Por ocasião da elaboração do documento conhecido como Pacote de Julho* (ver glossário), os representantes dos países membros nas negociações de serviços na OMC, acordaram em apresentar novas ofertas até o último dia de maio. Cumprindo o prazo estabelecido, a União Européia ofereceu um melhor acesso de empresas estrangeiras em setores como o bancário, o energético e o de turismo, enquanto defendeu os setores públicos - educação e saúde - e setores audiovisuais. Os Estados Unidos, em sua oferta apresentada, não atenderam ao pedido dos países emergentes, que queriam facilidades e abertura para trabalhos temporários (Modo 4) e insistiram que somente apresentariam maiores ofertas se os demais mercados aceitarem mais abertura em serviços financeiros, telecomunicações, energia e audiovisual.

A proposta do Brasil possui características defensivas fortes. Além de não avançar em muitos setores onde havia demanda (fundamentalmente o grande avanço se dá na oferta de serviços financeiros, e mesmo assim de forma condicionada), a proposta é apresentada como condicionada especialmente a ofertas que possam ser feitas no tema de agricultura, ressalva a possibilidade de voltar atrás em itens apresentados (nesse sentido, não é uma proposta definitiva) e apresenta ainda um parágrafo explícito onde afirma que o Brasil não está oferecendo de maneira nenhuma a privatização de bens públicos e está resguardando a sua capacidade de regulação de serviços públicos e privados no sentido de atingir objetivos de política nacional.

Na semana de 20 de junho a primeiro de julho, acontecerá em Genebra o encontro técnico sobre serviços onde estas ofertas serão discutidas, porém acredita-se que qualquer ganho neste tema está fortemente vinculado a discussão agrícola, apesar da forte pressão dos países europeus. Um dos instrumentos da pressão européia e norte-americana é o estabelecimento dos chamados *benchmarks* padrões mínimos que deveriam estar configurados na oferta. A idéia de usar esses padrões mínimos sofre forte oposição dos países em desenvolvimento.

Agricultura

Dois acontecimentos, no início do mês de junho, marcaram positivamente os cenários para os trabalhos da REBRIP na área de agricultura. Na verdade, o primeiro aconteceu no dia 30 de maio, quando o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) aprovou o texto do documento ["Considerações de segurança alimentar e nutricional nas negociações internacionais integradas pelo Brasil"](#), elaborado pelo Grupo de Trabalho de Negociações Internacionais, que conta com a participação de representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Secretaria Geral da Presidência da República, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, Conferência dos Trabalhadores na Agricultura e entidades convidadas, entre elas, a REBRIP.

O documento apresenta conceitos e diretrizes de segurança alimentar e nutricional (SAN), apresenta uma lista de produtos sensíveis à segurança alimentar e trata de questões como: política de desenvolvimento rural e sustentável e fortalecimento da agricultura familiar. O relatório explicita duas visões diferentes entre os Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e tem como objetivo a incorporação de suas proposições nas negociações internacionais em que o Brasil está envolvido, sobretudo, na Reunião Ministerial da Rodada de Doha* (ver glossário) em Hong Kong no final deste ano. Segundo o embaixador Clodoaldo Hugueney não se pode atuar nas negociações comerciais internacionais apenas para defender a lógica da agricultura comercial. Este documento vem justamente fazer contraposição a esta lógica.

O outro acontecimento foi a publicação em 03 de junho do [Decreto 5453/2005](#) que dá nova redação ao dispositivo do Decreto 4732/2003 que dispõe sobre a CAMEX* (ver glossário). Com este o Ministério de Desenvolvimento Agrário passa a fazer parte da CAMEX - Câmara de Comércio Exterior - juntamente com os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Casa Civil, Relações Exteriores, Fazenda e Planejamento e Agricultura. Desta maneira, a partir de junho, o Ministério do Desenvolvimento Agrário ganha importância na formulação e coordenação de políticas relativas a exportação de produtos, fazendo parte do órgão responsável por tal tarefa.

As negociações em agricultura na OMC têm sido feitas visando organizar os chamados "três pilares": acesso a mercados, apoio doméstico e subsídios. No quadro atual, é provável que acabe se centrando em acesso a mercados (redução de tarifas) e parcialmente em subsídios (subsídios à exportação). As Regras quanto a apoio doméstico terão sua discussão bastante dificultada frente ao quadro político com o que se trabalha atualmente.

Na área de acesso a mercados, onde alguma coisa tem andado, a discussão de redução tarifária tem recebido holofotes. Nesse sentido, vale lembrar que o principal tema até agora "acordado" (conversão de tarifas em correspondentes sobre o valor dos produtos), não o foi pelos negociadores de Genebra, mas diretamente pelos ministros, na mini-ministerial de Paris (ver edição de maio do Boletim REBRIP, disponível em: www.rebrip.org.br).

A discussão de acesso a mercados em agricultura envolve ainda a discussão de produtos sensíveis e tratamento especial e diferenciado. Ou seja, a discussão de exceções em acesso a mercados. Aqui, entram discussões sobre salvaguardas. No caso brasileiro, as posições aprovadas pelo CONSEA, e as novas formulações apresentadas à discussão mostram que existe disposição de tentar consolidar algumas posições defensivas.

União Européia

A União Européia depois do "Não"

Alexandra Strickner (*)

Depois do não a proposta de um Tratado de Constituição na França e na Holanda, a União Européia se encontra em uma crise política e institucional. Muitos dos demais países da UE que haviam planejado fazer um referendo sobre o tratado o cancelaram, como a Grã-Bretanha ou a Dinamarca. Em quase todos estes países, a opinião pública havia mudado depois dessas duas votações, e se o referendo naqueles países tivesse lugar hoje ou amanhã, também resultaria em um não.

Na última cúpula de chefes de Estado, em 16 e 17 de Junho, em Bruxelas, se tentou buscar uma saída da crise no que se refere ao Tratado de Constituição. Também se tentou resolver o problema do orçamento da União, sem resultado. Quanto ao tema orçamento, o item central é a cota que cada país paga ao orçamento da União e, por suposto, seu uso. Os países chamados *netpayers* (pagadores líquidos), que pagam mais ao orçamento do que depois recebem de transferências, querem reduzir suas cotas e baixar o orçamento da União – o que é muito interessante em um contexto de 10 novos países que entraram na União com níveis de desenvolvimento muito mais baixos que o resto da União. Também é interessante frente ao argumento da integração da União – muitos dos grupos altermundistas apontaram bem que uma União Européia mais unida requer também mais fundos para fazer os investimentos necessários para diminuir as diferenças entre os diferentes países. Um problema particular em relação ao orçamento é a situação da Grã-Bretanha, que havia negociado há alguns anos atrás um pagamento inferior em relação a outros países com o mesmo nível de riqueza, como França, Alemanha, Áustria e outros (os *netpayers*), e estes querem que se mude essa situação e que a Grã-Bretanha hoje seja tratada da mesma maneira, já que é hoje um dos países da União mais prósperos. Blair (primeiro ministro inglês) há uns dias disse que estava preparado para fazer isto, se reduzisse o orçamento para a agricultura da União, ou se dá a cada membro da União a possibilidade de decidir sobre o uso do que recebe hoje em pagamentos para a agricultura.

Quanto ao tema de serviços, esperamos que a partir do outono o tema esteja de novo na agenda da União. Está prevista uma primeira leitura do projeto do parlamento europeu em Outubro, e o movimento social vai se mobilizar sobre isto. Em muitos países já existem campanhas sobre este tema. Outra coisa interessante em relação às negociações da OMC é que, faz um par de dias, pela primeira vez em um conselho de ministros, várias propostas da comissão quanto a aceitação de organismos geneticamente modificados foram aprovadas por maioria qualificada. Mais de 70% da população da União não quer organismos geneticamente modificados, e muitos países e regiões se estão declarando "zona livre de transgênicos" – *gmo free zones*.

Então, no momento, o cenário na Europa é muito interessante: o processo de integração econômica baseado no modelo neoliberal está pela primeira vez em crise. O movimento social conseguiu pela primeira vez frear este processo e colocá-lo em crise. A presidência agora está com a Grã-Bretanha e com sua posição sobre o orçamento, Tony Blair não fez muitos amigos. Vamos ver o que pode conseguir.

(*) a autora acompanha as negociações em Genebra pelo IATP – *Institute for Agriculture and Trade Policy*

Mercosul

Entre os dias 18 e 20 de junho foi realizada em Assunção no Paraguai, a 28ª Cúpula do Mercosul, na qual participaram além de ministros e chefes de Estado dos seus países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), os presidentes dos países associados Chile, Venezuela, Colômbia e Equador, o presidente do Panamá Martín Torrijos e os ministros das Relações Exteriores do México e Peru.

Iniciada com reuniões técnicas entre ministros dos países membros a Cúpula foi marcada pelos vários discursos que enfatizaram a falta de agilidade no processo de integração. O relatório da presidência *pro tempore* do Grupo de Mercado Comum ao Conselho do Mercosul, destacou ainda, às críticas com relação à persistência de restrições ao comércio intrazona, a falta de coordenação macroeconômica entre os membros e a dificuldade em definir políticas comuns e coordenar posições em foros internacionais. (pontos do relatório divulgado na imprensa)

No último dia, os presidentes acordaram o ponto que foi considerado o maior avanço do encontro: o valor a ser destinado ao fundo estrutural para financiar o desenvolvimento das regiões mais pobres do Bloco, já que outros temas da agenda, como a discussão da adoção de salvaguardas* (ver glossário), por exemplo, foi adiada por mais seis meses. O fundo, que contará com o aporte de 100 milhões de dólares beneficiará principalmente Paraguai e Uruguai pelo período de três anos – quando sofrerá avaliação. O Brasil entrará com a contribuição de 70% do total, enquanto Argentina, Uruguai e Paraguai entrarão com 27%, 2% e 1% respectivamente.

O avanço político da Cúpula se deu pela assinatura do Protocolo de Direitos Humanos do Mercosul, que condiciona a participação no bloco ao respeito aos Direitos Humanos, entretanto, o documento não define o que considera como violação desses Direitos.

Além dos dois entendimentos mencionados, podem-se destacar outros assuntos que tiveram presentes neste encontro: a transferência da presidência rotativa do Mercosul (acontece de seis em seis meses) que estava representado pelo Paraguai, para o presidente Uruguai Tabaré Vazquez; a questão energética da região; e perspectiva de fechar acordos comerciais com outras áreas fora do Mercosul. No que se refere a este último ponto, a Cúpula decidiu somar as negociações comerciais com o Panamá e Israel, às negociações já em curso com Egito, México, Canadá e Conselho de Cooperação do Golfo (ver três últimas na edição anterior deste Boletim). O Mercosul assinou com a Índia, no ano passado, um acordo de preferências tarifárias fixas com cerca de 500 produtos e com o Egito e com o Conselho dos países do Golfo um acordo marco também de preferências tarifárias nos mesmos moldes que pretendem fazer com Israel. No caso do Panamá se buscará um acordo de liberalização completa do intercâmbio bilateral.

Pouco antes da reunião oficial, nos dias 17 e 18 de Junho, a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e a Aliança Social Continental organizaram, também em Assunção, o seminário "O Mercosul que queremos", com a participação de diversas entidades sindicais, populares e organizações não-governamentais dos países da região. O seminário serviu para nivelar os conhecimentos dos participantes; avaliar os rumos de um processo de integração, hoje ainda muito centrado em seus aspectos comerciais, estando aí um dos elementos que inclusive ajuda a explicar os conflitos no interior do bloco no último período; e pensar um pouco como estabelecer mecanismos para a discussão do aprofundamento de um processo de integração, que possa ser do interesse das maiorias sociais dos países da região, tenha sustentabilidade e fortaleça o aprofundamento democrático.

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

As reuniões de co-presidentes da ALCA (Brasil e EUA) foram adiadas em diversos momentos, desde março, quando as negociações iriam ser retomadas. Em 17 de maio, o co-presidente pelo lado dos EUA, Peter Allgeier pediu a prorrogação da reunião sem data prevista, alegando que os esforços de seu país estavam voltados para a votação no Congresso no sentido de garantir a ratificação do Acordo de Livre Comércio com a América Central (CAFTA).

Em 14 de junho a Comissão de Finanças do Senado americano aprovou por onze votos a nove, o texto do acordo com a Guatemala, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e a República Dominicana. O Acordo visa eliminar os impostos alfandegários para 80% das exportações dos Estados Unidos; ampliar a proteção das patentes; e permitir maior acesso para os bancos e seguradoras estadunidenses. Além disso, aumentaria em 50% as importações de açúcar dos cinco países da América Central em 15 anos. Este último ponto, somado aos lobbies de representantes dos setores da pecuária e da indústria têxtil e a pressão de alguns democratas, para a introdução de cláusulas trabalhistas mais rigorosas, formam a principal resistência à ratificação do acordo.

Como votação na Comissão de Finanças do Senado não é definitiva, e segundo as lideranças do governo no Senado faltam entre 30 a 40 votos para sua aprovação, o texto do CAFTA voltará a ser analisado antes de ir a plenário. A administração Bush considera a possibilidade de algumas concessões ao setor açucareiro, como por exemplo, a garantia do preço mínimo aos produtores no longo prazo e possível exclusão de açúcar em futuros acordos comerciais.

Não deveria haver dificuldades de aceitação do Tratado entre os Estados Unidos, e os países da América Central, já que a maior parte das exportações destes últimos entra nos Estados Unidos livres de tarifas e não apresentam ameaças. Em outras palavras, seria consolidar o que já vem sendo praticado.

Desta maneira, o processo de ratificação do CAFTA somada a situação atual da Bolívia, ao enfrentamento e a iniciativa venezuelana de uma alternativa de integração para a ALCA, a dificuldades em se instaurar a Paz no Haiti e a vontade do Mercosul em continuar negociando acordos comerciais com outros países e blocos, sinalizam para a continuidade na paralisação do processo negociador da Área de Livre Comercio das Américas.

Grupos de Trabalho - Rebrip

GT Serviços

As organizações da sociedade civil de diversos países fizeram a Declaração "Parem o jogo de poder do GATS contra os cidadãos do mundo!", contra as pressões que os países em desenvolvimento vêm sofrendo. Países desenvolvidos forçam os países em desenvolvimento a assumir compromissos de liberalização em diversos setores de serviços para atender aos interesses de grandes corporações transnacionais. Como signatário desta declaração, o GT Serviços da REBRIP manifestou sua posição na circular: "Vamos parar o GATS! Não à agenda das Multacionais!" enviada para diversas organizações, redes e movimentos nacionais e internacionais como introdução à Declaração.

De 20 de junho à 1o de julho, acontece na Organização Mundial do Comércio a chamada semana de serviços, onde são discutidas, em nível técnico, as questões relacionadas ao tema. Pensando no importante momento que se encontram as negociações rumo a Ministerial de Hong Kong em dezembro, o GT serviços enviou Jocélio Drummond a Genebra como representante da REBRIP na atividade que está sendo promovida pelas entidades participantes da OWINFS/GATS (sigla em inglês da Rede Nosso Mundo Não Está a Venda). Mais informações: maureen@rebrip.org.br

GT Propriedade Intelectual

O mês de junho foi marcado por intensos questionamentos e debates sobre a lei de propriedade intelectual e o acesso a medicamentos para AIDS no Congresso, nos movimentos sociais e na mídia em geral. O tema, que já havia tido bastante destaque com a divulgação da "Declaração da sociedade civil sobre as negociações brasileiras para a obtenção de licenças voluntárias", ficou ainda mais relevante após a aprovação da lei contra o patenteamento de medicamentos para AIDS (PL 22/03) em 1º de junho, proposta pelo deputado Roberto Gouveia (PT). Para o GTPI, a aprovação foi vista como um passo importante e significativo para ampliar a discussão sobre o atual sistema de patentes mundial e sua relação com a saúde pública, principalmente nos países em desenvolvimento. Já no dia 24 de junho, um novo passo foi dado, dessa vez, pelo próprio Ministério da Saúde ao decretar, por meio de portaria, o medicamento Kaletra do laboratório Abbott como de interesse público. Apesar do avanço, o licenciamento compulsório pode não acontecer, uma vez que o Governo Federal deu um prazo de 10 dias para que a empresa se pronunciasse em relação ao preço do Kaletra. Se reduzir o valor, o governo não decretará o Licenciamento Compulsório. Para o GTPI esta foi uma atitude modesta, pois dá a entender que o ministro está pedindo permissão para efetuar uma ação legal, que tem respaldo em nossa constituição e no acordo TRIPS. No âmbito mundial, o licenciamento compulsório de medicamentos para AIDS proposto pelo Brasil foi defendido pelo jornal New York Times, pela Unaid (Programa das Nações Unidas para AIDS) e OMS (Organização Mundial de Saúde), além de centenas de ONGs de diferentes países. O prazo dado pelo ministro Humberto Costa a Abbott expira no dia 07 de julho. Mais informações: cláudio@abi aids.org.br

GT Gênero

As negociações comerciais que vem se desenvolvendo na OMC, e em particular o acordo do GATS (Acordo Geral para o Comércio de Serviços) vem ampliando o processo de privatização de serviços públicos essenciais como educação, saúde e energia, incluindo também a mercantilização e a privatização da água.

Temos dito diversas vezes que estes processos afetam as mulheres de maneira específica de acordo com o lugar que elas ocupam na sociedade: como usuárias, como integrantes de comunidades indígenas, como camponesas, como integrantes de cooperativas ou comitês de águas, entre outras. Os modelos de discriminação de gênero que existem em cada sociedade e que se baseiam fundamentalmente em uma designação unilateral dos papéis reprodutivos aumentam a carga de trabalho e responsabilidade das mulheres e fazem com que o impacto da crise da água seja ainda mais forte com relação às mulheres. Por isto temos feito esforços para conhecer melhor os impactos de gênero produzidos pela privatização deste serviço.

O GT Gênero está produzindo uma pesquisa sobre os impactos da privatização do serviço de distribuição de água na cidade de Manaus, em comunidades da periferia, visando conhecer os impactos sobre as mulheres nesses locais. O caso da privatização do consumo na cidade de Manaus, no centro da Amazônia brasileira, provoca e desafia à formulação de diversos interrogantes devido ao conhecido interesse das transnacionais do setor de água nesta estratégica região.

O objetivo é conhecer os impactos de gênero da privatização do serviço de distribuição de água na cidade de Manaus-Amazônia, (a cargo da Empresa Suez com o nome fantasia de Águas da Amazônia), para fortalecer a capacidade das mulheres e suas organizações de incidir nas decisões políticas sobre o serviço de distribuição de água tanto local como regional e internacionalmente.

Neste momento existe nessa cidade um conflito e um processo de luta de diversos setores e movimentos sociais envolvidos com o tema. Está em andamento uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal de Manaus que debate entre outras a possibilidade de anulação do contrato por descumprimento de suas cláusulas. Estado e município têm se eximido no debate, o que significa de fato uma conivência com a empresa.

A pesquisa será realizada contando com o apoio do Movimento de Mulheres ligado a AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras, e esperamos que lance luzes sobre as consequências para as mulheres e a população como um todo. Mais informações: graciela@sere.org.br

Glossário

APEC – Fórum de Cooperação Econômica Ásia – Pacífico formado por Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Indonésia, Japão, Coréia, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Tailândia, Estados Unidos e Vietnã.

Fórmula Suíça – A Fórmula Suíça foi proposta pela primeira vez na Rodada Tóquio (1973-1979) para o setor industrial. Ela é uma maneira de harmonizar a estrutura tarifária através de um processo de corte das tarifas de um país, ou seja, ela pondera o rebaixamento das tarifas de importação pelas tarifas já utilizadas dentro do país. Esta fórmula permite a redução dos picos tarifários, pois ela corta as tarifas mais altas, sendo que as tarifas mais baixas sofrem cortes menores.

Salvaguardas – É um instrumento de defesa comercial que consiste na aplicação de medidas temporárias e seletivas, tais como tarifas ou restrições quantitativas (quotas), destinadas a dificultar a entrada de produtos importados que estejam ameaçando a produção nacional de bens similares.

OSC (Órgão de Solução de Controvérsias) - É a instância na Organização Mundial do Comércio, onde o Conselho Geral se encontra para decidir disputas comerciais entre os países membros. A disputa começa quando um país membro acredita que outro membro violou algum acordo ou compromisso realizado no âmbito desta organização. Como a OMC é uma Organização entre os Estados, as empresas ou setores reclamantes devem articular com o governo de seu país e decidirem em conjunto à possibilidade de reivindicarem seus direitos junto ao Órgão de Solução de Controvérsias.

CAMEX - A Câmara de Comércio Exterior é responsável pela formação e coordenação das políticas e atividades reativas à exportação e importação de bens e serviços, ou seja, demarca as linhas da política de comércio internacional do Brasil.

Rodada de Doha - Entre os dias 9 a 14 de dezembro de 2001, aconteceu em Doha, Qatar, a IV Conferência Ministerial da OMC, onde ficou acordado o lançamento de uma nova rodada de negociações multilaterais com uma agenda negociadora bastante ambiciosa, centrada em agricultura. A nova rodada deverá ser concluída em 2005, tendo supervisão do Comitê de Negociações Comerciais subordinado ao Conselho Geral da OMC. Essas negociações serão realizadas seguindo o princípio do compromisso único ("*single undertaking*", o que significa que os países devem tomar o acordo como um todo, não podendo concordar em assinar apenas partes deles) e deverão levar em conta o princípio de tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos.

Pacote de Julho - Depois do fracasso da Ministerial de Cancún (setembro de 2003), os membros da OMC intensificaram seus trabalhos com o objetivo de alcançar um entendimento sobre um desenho geral de estruturas pelas quais poderia e/ou deveria passar a negociação. Estipularam o dia 31 de Julho como data limite para esse entendimento. Na madrugada de 1 de agosto de 2004 se concluiu a decisão do Conselho Geral sobre o Programa de Trabalho de Doha, chamado de "Pacote de Julho", que contém marcos e outros acordos que focalizam e dirigem as negociações para um nível superior. [Texto do pacote de Julho](#)

Boletim elaborado por Adhemar Mineiro e Clarisse Castro (Convênio DIEESE/CUT/REBRIP), com contribuições dos GTs da REBRIP, Alexandra Strickner do IATP e Mario Barbosa. Contatos: clarisse@rebrip.org.br e adhemar@dieese.org.br

REBRIP (Rede Brasileira Pela Integração dos Povos)

Tel: 55 21 25367350

Fax: 55 21 22867820

Rua das Palmeiras 90, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ Brasil

<http://www.rebrip.org.br>

As atividades da REBRIP são possíveis graças ao apoio de seus membros, e dos parceiros Oxfam Internacional, Fundação Ford, Solidago e Action Aid